

MANEJAR AUTONOMIA ATRAVÉS DO PLANTIO: A HORTA URBANA DO CENTRO COMUNITÁRIO DO DUNAS (PELOTAS/RS)

Theo Soares de Lima¹

Maria Ghisi²

Michel Knuth³

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar como hortas urbanas podem contribuir para ganhos de autonomia, compreendida como sinônimo de autogestão e autoinstituição. Para tal utiliza de um estudo de caso, a horta mantida pelo Centro Comunitário do Loteamento Dunas, no bairro Areal em Pelotas (RS). A análise parte de três conceitos entendidos enquanto eixos transversais, ou seja, que se implicam uns nos outros: a própria autonomia, o território e a cartografia. Além destes a noção de sustentabilidade permeia a reflexão entendendo-a não somente no seu sentido ambiental, mas também em seu aspecto político e econômico, ou seja, de uma ação que consegue existir por conta de sua própria gestão e sua própria produção

Palavras-chave: Autonomia, Território, Cartografia, Horta Urbana, Sustentabilidade

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do projeto Hortas Urbanas (HU), vinculado ao Laboratório do Observatório da Nova Economia e Sustentabilidade (LONES), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O Hortas teve início em 2017 junto à Associação de Moradores da Companhia de Habitação Popular (COHAB) Tablada, sob coordenação da professora Giovana Mendes de Oliveira, do curso de Geografia.

Atualmente integram o projeto diversos cursos das áreas de saúde, engenharias, ciências humanas, agrárias e biológicas, além da parceria com projeto PANCPOP, da Universidade Federal de Rio Grande, Campus São Lourenço do Sul (FURG/SLS), atuando junto à doze diferentes iniciativas em horticultura urbana no município de Pelotas.

Calcado na proposta metodológica de pesquisa-ação (Thiollent, 1985), o projeto deixa evidente desde o início sua intenção de intervir na realidade urbana, construindo territórios sustentáveis e comunitários na cidade. Tal intervenção, contudo, não se dá de maneira verticalizada, através daquilo que Santos (1993) chamou de “regiões do mandar e regiões do fazer” (p. 47), mas, sim, através da horizontalidade, do diálogo igual entre as

¹ Doutor em estágio pós-doutoral no PPGGEO da Universidade Federal de Pelotas

² Graduada em Geografia na Universidade Federal de Pelotas

³ Mestrando em Geografia no PPGGEO da Universidade Federal de Pelotas

partes envolvidas, visando a construção conjunta de uma outra realidade, mais harmônica e harmoniosa entre as pessoas e entre elas e o meio. Dito de outra maneira, o projeto visa gerar novas ambiências (Rego, 2010).

A pesquisa-ação casa perfeitamente com um projeto de extensão justamente por entender que pesquisar não é apenas investigar uma certa realidade, mas participar ativamente dela, de seu entendimento, construção e transformação. Assim, o projeto não busca simplesmente introduzir uma produção agrícola em meio ao urbano, conforme o bel prazer de seus coordenadores e pesquisadores, mas construir de maneira conjunta com os sujeitos, com os atores locais, através de escuta ativa, do entendimento de suas demandas e necessidades e da proposição conjunta de planos de ação e intervenção nos espaços.

Além da construção das hortas propriamente ditas são desenvolvidas oficinas teórico-práticas sobre variados temas circundantes à horticultura, com vistas à resolução dos problemas e necessidades identificadas pelos grupos participantes e buscando unir as necessidades e desejos desta com a sustentabilidade urbana almejada pelo projeto. Dentre as temáticas abordadas pelas oficinas, destaca-se a produção de mudas e preparo da terra, ministrada por estudantes e docentes dos cursos de Agronomia; compostagem e vermicompostagem, pelos cursos de Engenharias - Ambiental e Agrícola; preparo de fitoterápicos a partir de plantas medicinais, pelo curso de Enfermagem; culinária a partir de produtos da horta, com vistas para o aproveitamento integral de alimentos, pelo curso de Gastronomia; uso e preparo de Plantas Alimentícias Não Convencionais, pelo projeto PANCPOP, e tantas outras que surgem no decorrer do desenvolvimento das hortas.

São criados, assim, espaços riquíssimos de sociabilidade e troca entre saberes formais e informais, ditos saberes populares. Esses espaços fortalecem a disputa das comunidades por autonomia produtiva, notadamente pela reutilização de materiais que seriam descartados (podas, resíduos orgânicos, materiais recicláveis) como insumos para as hortas; e do saber-fazer, de forma a desvincular a Universidade do papel assistencialista que ocupa historicamente e garantindo a efetividade dos objetivos da Extensão.

Nas palavras de Mário Quintana (2006), em Jardim Interior, não é o abandono que mata um jardim, mas o olhar vazio da indiferença. Assim, não é somente a produção

material que aqui está em disputa, mas engajamento político e criação simbólica, espaços de significação, de produção de sentido tanto quanto de alimentos, de um território vívido, pois vivido enquanto espaço do cotidiano.

2. OBJETIVO

Investigar como os espaços de hortas urbanas podem contribuir para ganhos de autonomia, em sentido amplo.

3. METODOLOGIA

A metodologia construída é, da maneira mais ampla possível que o sentido de metodologia pode assumir, rizomática (Deleuze & Guattari, 2011). Não se pretendeu acessar as hortas urbanas de maneira particular, uma por vez, ou sob ótica única, uma investigação dada perante apenas um aspecto. Como é característico do rizoma, em vez da arborescência, ele pode ser acessado a partir de múltiplos pontos, pois não possui começo ou fim “bem delimitado”.

O trabalho consiste de revisão teórica, acompanhamento das ações do projeto Hortas Urbanas e do estudo de caso (Yin, 2001) de uma horta comunitária em zona periférica da cidade, implantada em março de 2021 junto ao Comitê de Desenvolvimento do Dunas (CDD), incubadora de projetos sociais que atua na geração de trabalho e renda local. Por se tratar de um espaço autogerido, da comunidade para a comunidade, proporciona densa análise sobre o aspecto da autonomia em seus amplos sentidos.

4. APORTE EPISTEMOLÓGICO

Por epistemologia entende-se a discussão conceitual do presente artigo: autonomia, território e cartografia. Abordaremos brevemente cada um, visando entender sua aplicabilidade dentro da perspectiva do projeto de hortas urbanas.

4.1 Autonomia

A palavra autonomia é daquelas que assume diversos sentidos, de acordo com quem ou onde, ou em uma associação de ambos. A noção de autonomia aqui trazida é aquela fundamentada por Cornelius Castoriadis.

O enfoque da autonomia, acompanhando seu *modus operandi* da crítica ao marxismo, também se dá de maneira dupla. Em “A instituição imaginária da sociedade” (Castoriadis, 1982) o autor percorre um caminho muito mais filosófico do debate, com discussões de definição muito densas. Por outro lado, em “Socialismo e barbárie” (Castoriadis, 1983) encontramos uma discussão mais empírica, ou concreta, se se preferir. É nesse segundo livro que encontramos, por exemplo, a definição de ser autônomo: “nós somos aqueles cuja lei é dar, a nós mesmos, nossas próprias leis” (p. 22).

Assim, a liberdade, em uma sociedade autônoma, *“exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei”* (grifos no original; ibidem, p. 22)”. No que toca ao projeto Hortas Urbanas, o sentido de autonomia se dá especialmente a partir do momento em que determinada coletividade decide sobre seu fazer produtivo.

Escolher o que produzir, em função de certo objetivo ou necessidade, é certamente dar lei a si próprio. Seja numa associação comunitária, em que os integrantes visam produzir alimentos para si, seja em uma unidade de saúde, em que as plantas medicinais visam atender de maneira “alternativa” os que lá se consultam, diminuindo ou, pelo menos, questionando a hegemonia de químicos farmacológicos no cuidado à saúde da população, o que se tem é disputa de autonomia.

Desse aspecto político, de decisão construída através do diálogo (o sentido original, na antiguidade grega, do termo dialética), almeja-se também a autonomia em seu aspecto econômico, versando com tecnologias sociais de baixo custo e com o recicle de materiais orgânicos na produção de solos para o plantio. Por isso entende-se que autonomia é intercambiável pelo termo autogestão, que significa igualmente gerir a si próprio, seja no nível político ou produtivo.

4.2 Território

Quanto ao conceito de território, este esteve historicamente ligado, em função de sua origem ratzeliana, ao espaço do Estado-nação, aquela porção de terra (e o que está abaixo da superfície) circunscrita aos limites fronteiriços de tal Estado. Tal concepção mudou muito ao longo do tempo (Haesbaert, 2016).

Este trabalho alinha-se à leitura relacional, herdada em particular de Sack (1986), e mais contemporaneamente de Souza (2000, 2013, 2017). Tais leituras têm a importante potência de afastar o território de aspecto reificado, enquanto coisa, muito assumida pela leitura materialista, e especialmente daquelas leituras “mais políticas”, ligadas às relações de poder, mas que reiteradamente acabam fazendo referência ao aspecto “também material” do território.

Especialmente Souza (*ibidem op cit*) consegue libertar o conceito desse aspecto dual, através da distinção entre território e substrato espacial material, que é aquilo onde as relações de poder subsistem, haja vista que nenhuma relação social se dá de maneira etérea. É assim que podemos perceber, por exemplo, um novo território em um espaço fisicamente igual.

Mas como isso toca o projeto Hortas Urbanas? As relações de poder alocadas em cada caso se dão a partir de relações sociais em disputa, diferentes visões de mundo que visam atender objetivos diferentes. Além disso, o território também se manifesta nas hortas através da distinção feita por Lefebvre (2013) entre dominação e apropriação, ou seja, territorializar como ação de tornar algo próprio. As hortas, assim, são vistas como uma tentativa de tornar um dado espaço em espaço próprio para uma coletividade, em geral, e para os indivíduos, em particular. Tal apropriação se dá enquanto relação social operando sobre um substrato espacial material, literalmente um espaço de terra tornado espaço agrícola, ainda que em solo urbano.

4.3 Cartografia

Não diferente dos termos anteriores, a cartografia assume diversos sentidos, especialmente em nosso tempo presente. Através de diferentes autores, chegou-se a uma organização que visa não dar conta da totalidade de usos do termo cartografia, mas daquelas correntes que consideramos as principais, que se repetem inclusive entre autores que não são próximos (AUTOR).

Um primeiro sentido de cartografia é aquele legado por Brian Harley e sua historiografia da disciplina. A abordagem aqui é de crítica, de análise dos pressupostos e objetivos e sua possível superação.

O segundo sentido é legado pelas perspectivas participativas, ligadas originalmente às práticas de criação do território *Nunavut*, espaço autônomo dos *inutis*

em solo canadense. No Brasil tal abordagem está muito em débito à Alfredo Wagner e seu projeto “Nova cartografia social da Amazônia”. Tal abordagem denominada social justamente em função disso.

O terceiro sentido é o da abordagem dissidente, ou seja, de formas outras de produzir cartografias. Dissidência, aqui, se dá em relação ao aspecto institucional e, portanto, oficial dos mapas. Dissidência é produzir cartografia para além, e muitas vezes apesar, do Estado, a partir das próprias populações, tal qual evidenciado e organizado pelo coletivo Orangotango (2019) em sua obra “Not an Atlas” (um não-Atlas).

O quarto sentido é especialmente calcado com base na obra de Raúl Zibechi (2015), quando fala em cartografias políticas. Assim, a abordagem aqui é de diagnóstico, de contextualização de determinadas situações e movimentos sociais, é uma análise que faz da cartografia algo mais próximo de um instrumento sociológico.

Por fim o quinto sentido. A abordagem filosófica nos foi dada pela dupla, que se fez uma, Deleuze & Guattari (2011, 2012a, 2012b, 2012c). A cartografia desses dois filósofos é a práxis rizomática, maneira de investigar a realidade, visando romper o cartesianismo herdado da modernidade, que tanto recortou o real em parcelas, como um engavetamento do conhecimento.

Assim, no presente artigo cartografia assume aspecto de certa mistura de todas as abordagens apresentadas. Partiu-se de uma perspectiva crítica, para pensar uma atuação participativa e dissidente, pois pensada por conta do próprio movimento e não atrelada a mapeamentos institucionais, também foi de diagnóstico ao identificar o histórico, os desafios presentes e como pensar o desenvolvimento futuro, além de ter sido, evidentemente, filosófica, pois é método do próprio trabalho.

4.4. Hortas

Diferentes hortas demandam diferentes usos através das distintas intencionalidades dos agentes que as produzem. Conforme salienta Richter *et al* (2022, p. 5-7), em geral hortas urbanas podem ser definidas de acordo com cinco tipos ideais: familiar, loteamento, educativa, terapêutica, comunitária. A nomenclatura proposta pelo autor é bastante ilustrativa e quase que autoexplicativa. Não se deve, contudo, furtar de explorar seus significados.

As hortas familiares possuem um sentido predominantemente de subsistência, visando produzir alimento para a própria família que a mantém. Não estão ligadas necessariamente a processos formais (do ponto de vista legal ou institucional) e almejam “apenas” nutrir demandas rápidas de disponibilidade de alimento no cotidiano da própria família.

As hortas de loteamento possuem caráter inverso, visando não a alimentação própria, mas o fornecimento de produtos para venda. Muitas vezes podem estar envolvidas em contratos de locação, inclusive dentro de programas de política pública, e possuem aspecto de formalidade jurídica, seja entre particulares, seja de um particular com o poder executivo.

Já as hortas educativas, como o próprio nome sugere, visam o aspecto lúdico e de formação escolar, estando vinculadas a espaços de ensino, formais e informais. Podem ser hortas produzidas pela comunidade escolar para trabalhos pedagógicos como também podem servir de apoio em espaços de educação não-formal, como cursinho populares e de ensino em associações comunitárias, servindo mais para conscientização da população local.

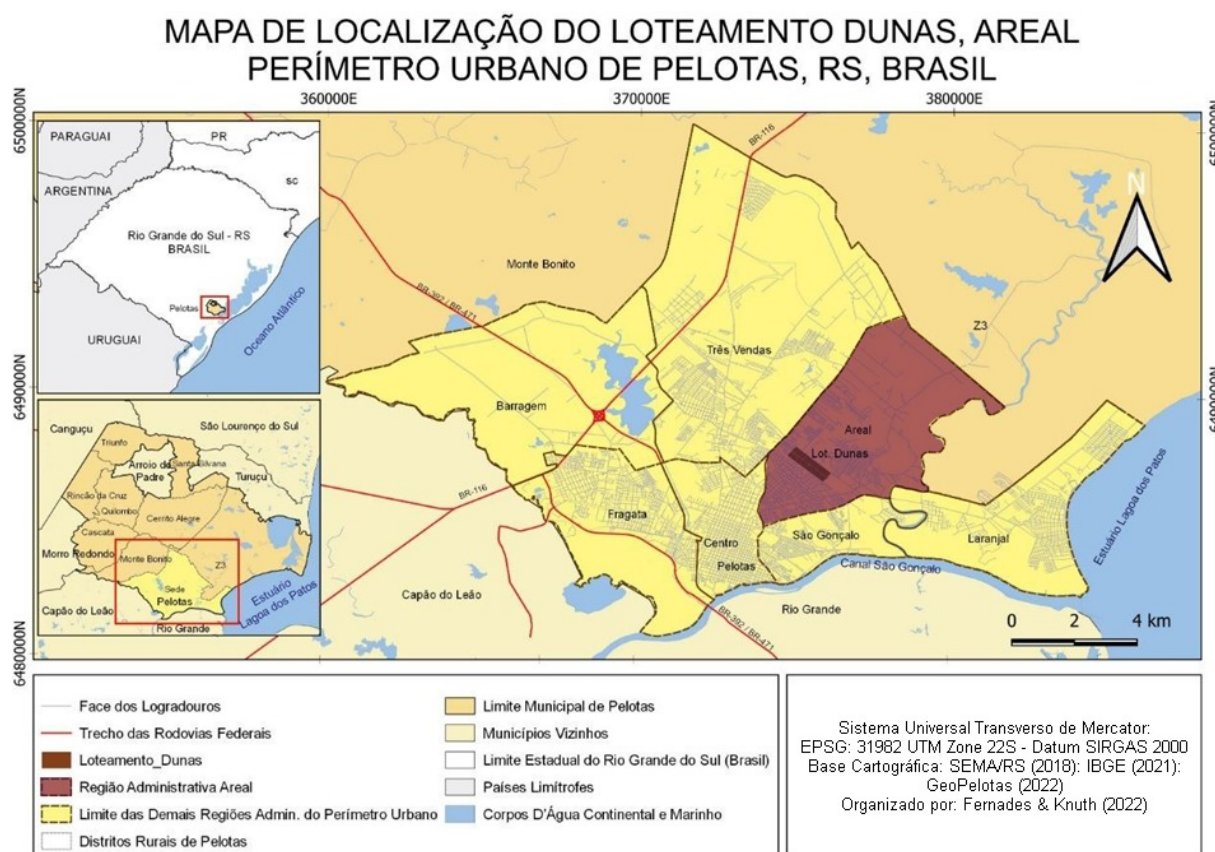
Por sua vez, as hortas terapêuticas vinculam-se aos locais de saúde. Estes podem variar enormemente, como no caso de uma unidade básica de saúde ou de espaços de autocuidado. Expandindo a noção terapêutica, podem ser consideradas aqui, também, hortas em espaços de religiosidade, em particular de matriz africana.

Por fim, as hortas ditas comunitárias. Esta é a tipologia que açambarca nossa estudo de caso, entendidas como locais que visam alimentar não só uma, mas várias famílias. Visam, portanto, alimentar *a comunidade onde se insere*, ainda que o manejo destas hortas muitas vezes seja pessoalizado em alguém ou mesmo uma instituição, como o caso do CDD. As hortas comunitárias visam igualmente estabelecer relações entre os moradores e o local onde está se dá, especialmente como no caso de associações, que já representam um território de encontro e de produção de espaço vivido. Muitas destas hortas se dão em espaços públicos, como terrenos baldios ou canteiros de vias. Mais que os outros tipos de hortas, as hortas comunitárias são “uma estratégia para segurança alimentar das populações mais pobres” (Richter et al, 2022, p. 7).

5. RESULTADOS PRELIMINARES E CONCLUSÕES

O estudo de caso voltado para o trabalho desenvolvido junto ao CDD é resultado de um projeto maior, em que foram mapeadas as diferentes hortas que o projeto HU se vincula, em busca daquilo que, conceitualmente, se entendia como *comunitária*, muito diferente de uma horta educativa (presente em escolas, por exemplo) ou terapêutica, como as hortas de Unidades Básicas de Saúde, que o projeto também acompanha. Tal classificação das hortas é assim compreendida a partir de Richter *et al*, 2022. Este esforço maior de acompanhamento e de discussão acerca de sua multiplicidade prática e como podem aportar diferentes autonomias pode ser vista em AUTOR. Aqui o foco é explorar o estudo de caso da ONG CDD e os resultados são preliminares porque a investigação ainda não se encerrou.

Figura 1: Localização



Fonte: Fernandes & Knuth, 2022.

Antes de falar da horta diretamente, cabem algumas palavras acerca da instituição. O Comitê de Desenvolvimento do Loteamento Dunas foi fundado em 1998, na zona leste de Pelotas/RS (https://www.instagram.com/cdd_dunas/). Esse Comitê é

uma organização sem fins lucrativos, organizada por moradores, para moradores, visando a articulação entre a comunidade e o poder público, tanto através de ações cotidianas, como distribuição de alimentos e atividades culturais, quanto através da disputa de editais para captação de recursos e parcerias institucionais, como a recém-firmada com a UFPEL (<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2024/10/25/ufpel-e-comite-de-desenvolvimento-do-loteamento-dunas-assinam-protocolo-de-intencoes/>).

Neste último ano de 2024, o CDD promoveu, por meio de Edital de Incentivo à Cultura, um Festival Nacional de Graffiti (https://www.instagram.com/dunas_graffiti_festival/), contando com a participação de artistas de diferentes localidades do Brasil e evidenciando a potência comunitária que se estabelece a partir da Arte e da Cultura. Hoje o prédio do CDD conta com cozinha, onde são preparados os alimentos distribuídos, sala de reunião, estúdio de música, ateliê de costura da Usina Feminista e biblioteca.

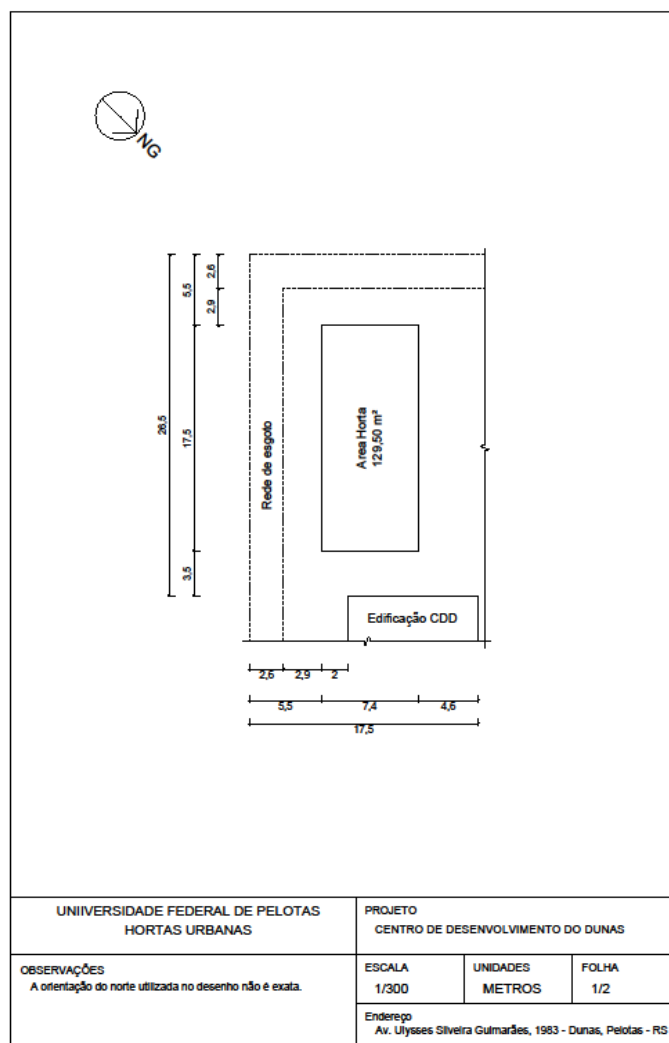
A horta comunitária do Dunas é originalmente uma iniciativa do próprio Comitê. Ainda que recentemente retomada em parceria com o projeto Hortas Urbanas, em dezembro de 2023, o espaço abrigou uma horta ainda maior já no ano de 2021, mobilizando muitos moradores e estudantes da UFPEL durante a pandemia de COVID-19 e se tornando referência em assistência social no município. Inclusive a disciplina Desenho Urbano, do curso de Arquitetura, durante o semestre 2021/1 foi realizada com foco no CDD e sua horta.

À época, os alimentos produzidos eram preparados e as refeições distribuídas entre as famílias em situação de vulnerabilidade social do bairro. Além disso, Michel Knuth, um dos atuais coordenadores do espaço, relata que os canteiros se tornaram ocupações terapêuticas para muitos/as moradores/as, e local de aprendizados tendo em vista as diversas aulas e oficinas ministradas no espaço em contexto de isolamento social enfrentado durante a pandemia.

Entretanto, com o fim da quarentena, as e os referidos hortelãos voltaram às suas antigas rotinas de trabalho, estudo e vida social, restando a horta abandonada. Assim, a retomada desta resguardou ânimos de reintegrar a comunidade na produção cooperada e solidária de outrora, bem como de promover o acesso da comunidade à alimentação saudável e restituir uma função social para a área, que se tornou ponto irregular de descarte de resíduos pela população.

A figura a seguir é um croqui da área da horta e seu entorno imediato. Ele representa, bem como o mapa de localização anterior, o esforço de expressar neste artigo todos os sentidos de cartografia apresentados nos referências teóricos. Além disso, obviamente, ajuda a situar o leitor sobre o esforço técnico de implementação dos trabalhos do projeto bem como da dimensão mais precisa das dimensões do ambiente.

Figura 2: croqui da horta do CDD



Fonte: elaborado pelo autor

O planejamento da retomada teve início em outubro de 2023 com o estabelecimento do plano de ações, coleta de solo para análise, aragem da terra com motocultivador e desenho do projeto da horta. Este levou em consideração o diagnóstico das condições do solo, da radiação solar no local, dos espaços úmidos, bem como as demandas da comunidade e o propósito estabelecido para a horta por esta.

Mantendo a herança da experiência acumulada, a horta recebeu mudas de tomate e variedades de hortaliças, chás e tuberosas. Algumas sementes e mudas foram

doadas por moradores locais ou por hortelãos da horta comunitária da Rua Meneghetti, que estiveram presentes no mutirão da retomada, somando-se aos voluntários do projeto (esta horta contou com aproximação do projeto durante o ano de 2023). Esta segunda horta encaixa-se muito mais no que foi salientado como horta educativa, contudo, através de uma rede de apoio, demonstra a força que hortas com uma finalidade podem ampliar seu escopo de atuação e acabar influenciando e auxiliando outras hortas. Demonstra, portanto, a importância de criar laços entre diversas experiências sociais (AUTOR), para que juntas possam se ajudar mutuamente e produzir autonomia não só individual como coletiva.

Figura 3: Comitê de Desenvolvimento do Dunas



Fonte: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1002796684975320&set=a.564903365431323&locale=pt_BR

Figura 4: mutirão de retomada da horta do CDD



Fonte: arquivo do autor

Estiveram presentes professores e alunos dos cursos de geografia, engenharia agrícola, agronomia, arquitetura e urbanismo e gastronomia. Estes últimos foram responsáveis pelo preparo do almoço e o alimento foi compartilhado como forma de celebração, tal qual é a tradição dos mutirões nos roçados brasileiros. Ao final do dia, apresentações culturais marcaram a solidariedade de artistas do bairro e de fora dele com o trabalho desenvolvido no espaço.

A horta perdurou por meses e dela se colheram frutos. Contudo, com as enchentes que atingiram o RS ela ficou desassistida. O Comitê passou a dedicar-se ao preparo de refeições para a comunidade como medida de urgência, que, embora não estivesse localizada em área de risco de enchentes, desde sempre sofre com inundações decorrentes da falta de saneamento adequado e de condições para a segurança alimentar de sua população. Nesse sentido, ainda que a horta em muito viesse a calhar para o desenvolvimento da ação, sua manutenção mostrou-se mais dispendiosa que a disposição de mão de obra no momento, evidenciando as dificuldades que representam ações voluntárias permeadas por outras demandas cotidianas. Afora a mão de obra escassa devido o aspecto voluntário, dificuldade

comum à esmagadora maioria das hortas urbanas, há aspectos do substrato material que colocam diversos obstáculos para trabalhos de cultivo em solo urbano.

Figura 5: cultivares em crescimento



Fonte: arquivo do autor

No caso do CDD, por exemplo, têm-se ao longo das ruas que circundam a área o despejo de esgotos a céu aberto, canais paralelos que se juntam na esquina. Durante o trabalho de restauro da horta e implementação no novo cultivo, este problema foi constatado em campo e ressaltado nas conversas com os frequentadores do espaço que estavam presentes. Assim, decidiu-se deslocar a horta alguns metros para dentro do terreno, afastando-a da borda dos canais. Ao mesmo tempo, tal deslocamento não pôde ser muito significativo, pois do outro lado se apresenta acúmulo de água em dias de chuva mais intensa. Estes conhecimentos empíricos só podem ser efetivamente elaborados na aliança de um diálogo de saberes, entre academia e sujeitos locais que elaboram juntos uma racionalidade ambiental (Leff, 2009).

Conforme demonstram as figuras acima, outro problema recorrente em hortas urbanas que ocupam espaços aberto e frequentemente de passagem é a necessidade de cercamento. Estes não servem meramente como ilustrativos do espaço recortado e territorializado para cultivo, mas diretamente como barreiras de contenção, para aquilo que Sack (1986) chamou de intervenções “não-territoriais”, em que a necessidade do ato físico advém da ineficiência da ação comunicada.

A primeira necessidade dessas barreiras é a de ser visualmente marcantes, mostrando aos passantes que essa área está em uso, portanto, não serve para despejo de lixo doméstico (algo muito comum em áreas de segregação socioespacial, com baixa urbanização e escasso serviço público de recolhimento de resíduos), tampouco está disponível enquanto corredor de passagem. A segunda necessidade é a de afastar animais, especialmente cavalos que andam soltos ou mesmo aqueles amarrados em longas cordas para pastarem.

Após a retomada otimista das atividades, com bom retorno do plantio e se mostrando possível retomar o trabalho aos níveis da pandemia, ou ao menos algo próximo disso, a horta sofreu primeiro com a agressiva aridez do verão (o sistema de irrigação outrora instalada hoje não funciona mais), e, ironicamente, depois sofreu com as enchentes que atingiram praticamente todo o estado do Rio Grande do Sul.

Desativada novamente, a horta hoje espera por um novo recomeço. Como sói acontecer com a maioria dos ativismos de bairro, o principal desafio é a constância do engajamento e a contínua disputa contra as intempéries, as oscilantes ofertas de força de trabalho e a dificuldade em manter aceso o estímulo de uma luta que é árdua, mas jamais ingrata.

Outro desafio recente enfrentado pelo CDD foi a tragédia de um incêndio que atingiu o estúdio de produção audiovisual localizado no segundo andar do prédio, no dia 21 de maio de 2025. O ocorrido impactou diretamente o funcionamento da instituição, levando à paralisação de todas as atividades por cerca de dois meses. No entanto, em mais uma demonstração de resiliência comunitária, a ONG deu início a um processo de reconstrução, com parte das ações sendo retomadas no térreo do prédio. Apesar disso, persistem diversas fragilidades em sua infraestrutura, que vêm sendo enfrentadas coletivamente, à medida do possível, por meio de mutirões, parcerias e apoio solidário.

A experiência do CDD, com suas conquistas e adversidades, reafirma a potência das iniciativas comunitárias em contextos de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que evidencia os limites e tensões enfrentados por práticas que apostam na autonomia como princípio de organização e sobrevivência frente às estruturas desiguais que moldam a cidade.

Ainda assim, paradoxalmente, esse momento de crise também reacendeu, entre moradores e colaboradores, o desejo de reconstruir o espaço enquanto lugar de encontro, produção e cuidado. A horta, mais do que um cultivo material, permanece como projeto simbólico e político, evocando a potência de uma comunidade que resiste, mesmo diante da recorrente precariedade. Nesse contexto, o plantio se converte em metáfora e prática de resiliência: adiado, mas não esquecido, enraizado na memória coletiva como promessa de futuro.

6. REFERÊNCIAS

- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- _____. **Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 3**. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 4**. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 5**. São Paulo: Editora 34, 2012c.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- LEFEBVRE, Henry. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. In: Educação & Realidade, vol. 34, núm. 3, septiembre-diciembre, pp. 17-24, 2009.
- ORANGOTANGO, Kollektiv. **Not an atlas: a global collection of counter-cartographies**. Bielefeld: transcript, 2018.
- REGO, Nelson. **Geração de ambiências: três conceitos articuladores**. In Educação. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2010
- RICHTER, Marc et al. Hortas urbanas – História, Classificação, Benefícios e Perspectivas. In: **Confins**, nº 55.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., & CORRÊA, L. R. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

_____. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latinoamericanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MANAGE AUTONOMY THROUGH PLANTING: the urban garden at the Dunas Community Center (Pelotas/RS).

ABSTRACT: The main objective of this work is to investigate how urban gardens can contribute to gains in autonomy, understood as a synonym for self-management and self-institution. To do this, it uses a case study, the vegetable garden maintained by the Dunas Community Center, in the Areal neighborhood in Pelotas (RS). The analysis is based on three concepts understood as transversal axes, that is, that they imply one another: autonomy itself, territory and cartography. In addition to these, the notion of sustainability permeates the reflection, understanding it not only in its environmental sense, but in its political and economic aspect, that is, of an action that manages to exist on its own through its own management and its own production.

Key-words: Autonomy; Territory; Cartography; Urban garden; Sustainability.

GESTIONAR LA AUTONOMÍA A TRAVÉS DE LA SIEMBRA: el huerto urbano del Centro Comunitario Dunas (Pelotas/RS).

RESÚMEN: El principal objetivo de este trabajo es investigar cómo los huertos urbanos pueden contribuir a la ganancia de autonomía, entendida como sinónimo de autogestión y autoinstitución. Para ello, utiliza un estudio de caso, el huerto mantenido por el Centro Comunitario Dunas, en el barrio de Areal, en Pelotas (RS). El análisis se basa en tres conceptos entendidos como ejes transversales, es decir, que se implican entre sí: autonomía propiamente dicha, territorio y cartografía. Sumado a estos, la noción de sustentabilidad permea la reflexión, entendiéndola no sólo en su sentido ambiental, sino en su aspecto político y económico, es decir, de una acción que logra existir por sí misma a través de su propia gestión y de su propia producción.

Palabras-clave: Autonomia, Territorio, Cartografia, Huerto Urbano, Sustentabilidad.

Enviado em:31/07/2025

Aceito em: 19/09/2025